

## Aniversariantes

06 a 31 de outubro



Dia	Nome	Banco	Cidade
6	Elias Mussuline M. Amorim	Caixa	Patos de Minas
6	Marluce Nascentes de Queiroz	BB	Presi. Olegário
6	Patrícia A. da Costa Campos	Caixa	Patrocínio
7	Geraldo Magela Vieira	Caixa	João Pinheiro
8	Lara Vanessa Lopes Tavares	Itaú	C. do Paranaíba
9	Aroldo Cortes de Castro	BB	Patos de Minas
9	Márcio Milson Pereira	BB	C. do Paranaíba
9	Sandra Regina M. Sanches	BB	Paracatu
10	Clodoveu Alves Gontijo	BB	Patos de Minas
10	João Batista Gomes	Caixa	São Gotardo
10	Maria Aparecida Gonçalves	Caixa	Patrocínio
10	Neide Aparecida de Jesus	BB	João Pinheiro
11	Marcelo Oliveira Porto	BB	Patos de Minas
11	Nilda Dercina André Leles	Bradesco	Patos de Minas
12	Kátia A. Gontijo Braga	BB	João Pinheiro
12	Maria Celeste Londe da Silva	BB	São Gotardo
14	Celso Francisco de Moura	BB	Coromandel
14	João Paulo Marques	BB	Lagamar
14	Marly Maria Oliveira Fonseca	BB	Patrocínio
15	Irismayre G. de Alme. Resende	BB	Coromandel
17	Lazaro Pereira Carvalho	Caixa	Patos de Minas
19	Marta Tereza Soares	BB	Paracatu
20	Alinne Silva Tiete	BB	Vazante
20	Bernardo Gomes da Silva	BB	Patos de Minas
20	Maria A. V. de Sousa e Silva	BB	Patrocínio
20	Patrícia Teixeira	BB	Patos de Minas
21	Ana Abadia dos Reis Ribeiro	BB	Patos de Minas
21	Eliane Ferreira Babilônia	Caixa	Patos de Minas
21	Geocília V. Rocha Garcia	BB	Patos de Minas
21	Ivan Gomes Caetano	Itaú	Patos de Minas
21	Luciana Aparecida Oliveira	Bradesco	Patos de Minas
21	Maria Vilda Fernandes	Caixa	Patos de Minas
22	Lúcia de Fátima Cappuzzo	BB	C. do Paranaíba
23	Jessica Cristina Silva	Itaú	Patos de Minas
23	Lúcia Helena G. Rodrigues	BB	Patos de Minas
23	Maria D'arque Rabelo Diniz	BB	Patos de Minas
23	Paulo Afonso F. Machado	BB	João Pinheiro
24	Gilmar Donizetti da Silva	Caixa	C. do Paranaíba
24	Rafael de Paiva Almeida	BB	Patos de Minas
24	Rita Consolação da Fonseca	BB	Presi. Olegário
24	Thiago Galvão de Resende	Santander	São Gotardo
25	Afonso Glênio Teodoro	BB	São Gotardo
27	Sânzio José da Fonseca	BB	Patrocínio
27	Tiago Gaudencio de Melo	BB	Patos de Minas
28	Aparecida Goulart	Caixa	Patos de Minas
28	Vinício Gonzaga Camargos	Santander	Patos de Minas
29	Gleici A. Delfina dos Reis	Caixa	Vazante
30	Ronan Pereira Gonçalves	BB	Paracatu
30	Zenóbia Reis de Carvalho	BB	Paracatu
31	Vanessa de Castro Nogueira	BB	Patos de Minas

## Governo corta mais de R\$ 1 bi da verba para educação



O governo federal propôs, para 2023, um corte de R\$ 1,096 bilhão no programa “Educação básica de qualidade” em comparação com o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deste ano. Enquanto a proposta para orçamento do Ministério da Educação (MEC) para 2022 previa R\$ 10,849 bilhões para o programa, a proposta para o próximo ano indicou R\$ 9,753 bilhões.

Além do programa de educação básica, também houve proposta de corte de R\$ 594,5 milhões no programa de educação superior, que atende universidades públicas. O valor passou de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 10,3 bilhões.

Somente neste ano, cerca de R\$ 400 milhões destinados a universidades foram cortados. Em junho, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) alertou que, com o arrocho no orçamento das instituições federais, pelo menos, 17 universidades federais corriam risco de parar até o fim do ano devido a bloqueios orçamentários feitos pelo governo.

Desde o início do atual governo, o Ministério da Educação tem vivido crises sucessivas. Logo nos primeiros meses do mandato, em maio de 2019, enfrentou manifestações populares após bloqueio de 30% no orçamento discricionário (não obrigatório) das instituições federais de ensino superior. Na época, o ex-ministro Abraham Weintraub afirmou em entrevista que cortaria recursos de instituições federais que promovessem “balbúrdia”. Até o momento a pasta já teve cinco titulares, o último a deixar o cargo, Milton Ribeiro, pediu demissão após denúncias de que pastores atuavam como lobistas para facilitar recursos da pasta.

Fonte: Contraf-CUT



Presidente: **César Roberto Rodrigues**  
 Secretário de Imprensa e Comunicação: **Sandoval José da Silveira Jr.**  
 Redação e Editoração: **Naiara Soares Bento / Ivan Gomes Caetano**  
 Fechamento desta edição: 06 de outubro de 2022 - Tiragem: 800 exemplares  
 Site: [www.bancariosdepatos.org.br](http://www.bancariosdepatos.org.br) - E-mail: [sindicato@bancariosdepatos.org.br](mailto:sindicato@bancariosdepatos.org.br)  
 O informativo **Voz Bancária** é uma publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Patos de Minas e Região (SEEBPMR).  
 Rua Juca Mandu 147 - Centro - CEP 38700-070 - Patos de Minas/ MG - Fone: (34) 3821-9144.  
 Escreva para a redação enviando críticas ou sugestões. Por motivo de espaço reservamo-nos o direito de publicar apenas trechos. Caso não autorize a publicação favor indicá-lo expressamente no corpo da mensagem.



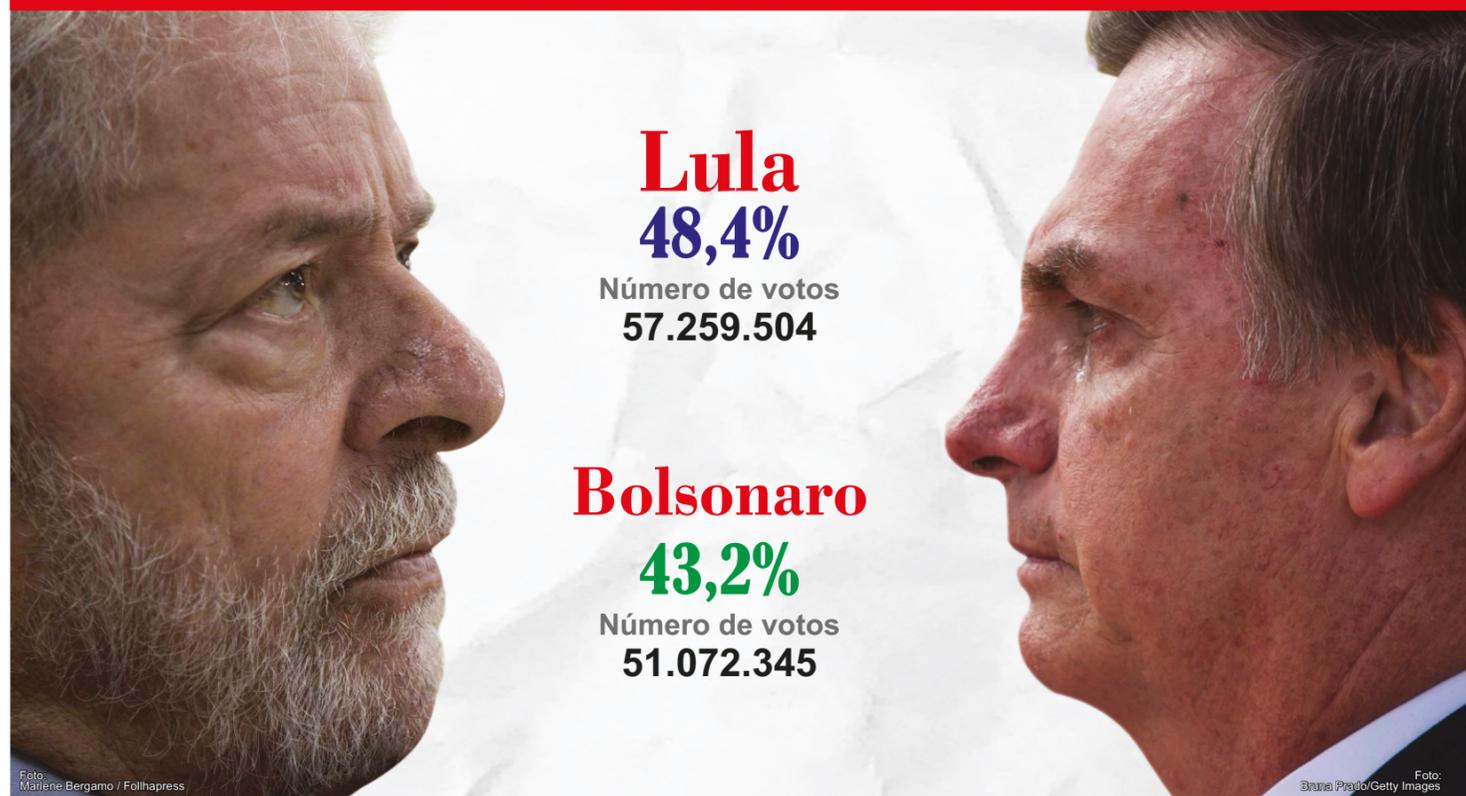
# VOZ BANCÁRIA

Publicação quinzenal do Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região

IMPRESSO

Ano 2022 - N° 696 - 06 de Outubro - Filiado à FETRAF - CONTRAF CUT

## DOIS PROJETOS DISTINTOS



## Com quase 60 milhões de votos, Lula disputará 2º turno com Bolsonaro no dia 30

No dia 30 de outubro teremos uma eleição decisiva para a sociedade brasileira e principalmente para a classe trabalhadora. De um lado, o ex-presidente Lula, candidato comprometido com a democracia, os direitos sociais e a soberania nacional. Do outro lado, o atual presidente, candidato que encarna o autoritarismo, a privatização das empresas nacionais, a extinção dos direitos sociais e trabalhistas, o desprezo pelas minorias, o desrespeito ao meio ambiente e o incentivo à violência em níveis jamais visto em nosso País.

O programa do candidato Lula propõe a retomada do desenvolvimento e do crescimento econômico, com distribuição de renda, inclusão e justiça social e

redução do desemprego. Defende a valorização do salário mínimo, o combate à precarização do mercado de trabalho, a democratização dos meios de comunicação e uma política externa soberana. Defende ainda, o acesso à educação, moradia, segurança e saúde de qualidade para toda a população. Também defende o fortalecimento dos bancos públicos, como BB, Caixa, BNDES e suas políticas sociais.

Por todas essas razões, as centrais e o movimento sindical estão unidos neste segundo turno com Lula, convocando toda a classe trabalhadora e o povo brasileiro para votar e eleger Lula o próximo presidente do Brasil.

# FAKE NEWS

## COMO IDENTIFICAR

Fonte: Unafisco Nacional



### REDES SOCIAIS

Ao ler notícias na internet, analise o tipo de conteúdo publicado e a equipe responsável. Sites jornalísticos costumam ter essas informações no link "expediente".



### INFORMAÇÕES SEM FONTE

Conferir se o texto tem as fontes verificáveis ou é pura invenção.



### PERFIL FALSO EM REDES SOCIAIS

Foto genérica, ou sem mostrar o rosto, nome de usuário com muitos números, e só publicações de posts recentes, porque a pessoa não existe de fato, revelam mentira na certa.



### AUTORIA

Faça uma breve pesquisa sobre o autor. Ele é confiável? Ele existe mesmo?



### DATA DE PUBLICAÇÃO

Reportar notícias antigas não significa que sejam relevantes atualmente



### NÃO PARE NO TÍTULO

Títulos chamam a atenção para obter cliques. Qual é a história completa?



### CONSULTE ESPECIALISTAS

Consulte sites de verificação gratuitos como: [www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato](http://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato)

## MPT pede que ex-presidente da Caixa pague indenização de R\$ 30,5 milhões



O Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou, nesta quinta-feira (29), com ação contra o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e pede que a Justiça o condene ao pagamento de R\$ 30,5 milhões pelos danos causados às mulheres que o acusam de assédio moral e sexual. Os recursos devem ser revertidos a um fundo de proteção dos direitos dos trabalhadores.

"Infelizmente vemos, mais uma vez, a Caixa se calar diante das acusações contra seu ex-presidente e um órgão externo ter que tomar as providências", lamentou o dirigente da Confederação nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Rafael de Castro. "A nova presidenta do banco (Daniella Marques), que afirmou ao tomar posse, que faria uma investigação 'rápida, eficiente e transparente', se cala diante das acusações, mesmo

após quase 100 dias do escândalo que derrubou o ex-presidente", completou.

O MPT também pediu a condenação da Caixa Econômica Federal em R\$ 305 milhões pela omissão na investigação e justificou o pedido ao observar que a primeira denúncia de assédio sexual contra Pedro Guimarães ocorreu em julho de 2019, apenas seis meses após o mesmo assumir a presidência do banco, mas o banco não tomou nenhuma providência para investigar a denúncia. Os procuradores também pedem que a Justiça impeça retaliações por parte do banco a quem utilizou o canal de denúncias interno ou que tenha participado como testemunha da investigação.

Além de Pedro Guimarães e do banco, os procuradores também pedem a condenação dos integrantes do Conselho de Administração da Caixa, que não cumpriram seu papel de fiscalização dos atos da presidência. Cada um deve indenização de R\$ 3 milhões.

Para a representante dos empregados no Conselho de Administração, Rita Serrano, a decisão do MPT vem de encontro às cobranças que ela vinha fazendo dentro do Conselho de Administração, de agilidade no processo de investigação, punição aos envolvidos e proteção às vítimas.

Fonte: Contraf-CUT

## BOLSONARO DECRETOU SIGILO DE 100 ANOS 65 VEZES

Microsoft Bing

### MUITO A ESCONDER

Sigilo secular é para barrar acesso a informação

A atual gestão do governo federal decretou sigilo em ao menos 65 informações que deveriam ser públicas, durante o mandato. As investigações das rachadinhas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e dos encontros de Jair Bolsonaro com os pastores lobistas do Ministério da Educação, as informações do cartão de vacinação do presidente da República e dos crachás de acesso ao Palácio do Planalto dos filhos Carlos e Eduardo se tornaram sigilosos.

Assim como a apuração disciplinar do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, que foi exonerado do cargo diante de diversos escândalos, como acusações de

corrupção e defesa de tratamento precoce para a Covid-19, que utiliza remédios sem eficácia comprovada para o tratamento da doença. O levantamento foi pelo jornal Estado de S. Paulo.

O argumento para o sigilo é a alegação de que os documentos contêm informações pessoais. De acordo com o jornal Estado de S. Paulo, o governo rejeitou pedidos apresentados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 11 diferentes ministérios. Considerada um avanço na transparência pública do país, a LAI regulamenta o direito do cidadão de acessar informações públicas, conforme determina a Constituição Federal de 1988. O texto acaba com o sigilo eterno de documentos ultrassecretos afirmando que nenhum deles poderá ficar por mais de 50 anos sem acesso público.

Para a ocultação, o governo aproveitou uma brecha na lei, que prevê sigilos de até 100 anos quando a divulgação dos dados, mesmo sendo de interesse público, viola a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem de uma pessoa, e editou um decreto adaptando as regras de aplicação da LAI. A manobra foi realizada ainda no primeiro mês do mandato.

Fonte: Contraf-CUT

## Governo nega desmatamentos enquanto Brasil registra recordes de perda florestal



No último ano, o Brasil registrou aumento de 20% no desmatamento da Amazônia: mais de 13 mil km<sup>2</sup>, o maior já registrado desde 2006. Nesse mesmo período, o Pantanal foi o bioma que mais sofreu com as queimadas, com registro de 22.119 focos, crescimento de 120% em 2022. Os dados são do MapBiomas, rede de empresas de tecnologia, ONGs e universidades.

Desde o início de 2019, o país vem registrando ataques ao meio ambiente por parte do Planalto, começando pela definição de Ricardo Salles, que responde processo por

contrabando de madeiras, como ministro do Meio Ambiente, até o desmonte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), onde, em menos de quatro anos, ocorreu a exoneração de três diretores de Proteção Ambiental.

**Política da morte** - Também, ano após ano, o governo Federal quebra recordes na liberação de agrotóxicos: em 2019, foram liberados 474 químicos; em 2020, 493; e, em 2021, 562. Em fevereiro deste ano, também conseguiu aprovação pela Câmara do projeto de lei 6299/02, conhecido como "PL do Veneno" que permite comercialização de agrotóxicos sem aprovação do Ibama e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Relatórios do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mostram ainda que triplicou o número de invasões e exploração ilegal de terras indígenas durante este governo. E, entre 2020 e 2021, 358 indígenas perderam a vida de forma violenta.

Fonte: Contraf-CUT